



Entrevista a Armando de Carvalho, defensor incondicional dos Baldios

Armando de Carvalho, dirigente da CNA e da Federação Nacional dos Baldios (BALADI), é natural de Ansiães, concelho de Amarante, onde nasceu em 1953.

Desde 1977 que tem vindo a impulsionar movimentos sociais em defesa dos Agricultores, da Agricultura Familiar e dos Baldios, das comunidades, povos serranos e do mundo rural. É desde 2002 funcionário do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Voz da Terra: A História que os Baldios transportam e a sua peculiar identidade são motivo de atracção não só para historiadores e especialistas, mas também para os rurais. Está de acordo?

Armando de Carvalho: Sim. A propriedade comunitária foi ao longo dos séculos um património valioso e indissociável do quotidiano das comunidades circunvizinhas que tradicionalmente a usaram e fruíram. Durante o tempo dos romanos, os Baldios eram considerados “terrenos comuns”, passando mais tarde na idade média a designar-se por maninhos. Nessa altura, com as populações a crescerem, as famílias mais numerosas necessitavam de mais área para a sua sobrevivência. A forma que encontraram foi arrotear os tais terrenos comuns através das chamadas “tomadias”, mediante os usos e costumes e com critério de equidade e necessidade. Este tipo de propriedade foi, ao longo da história, assaz incompreendida pelos vários poderes instituídos. Mais recentemente acabaram por ter a designação de “coisas comuns” não apropriáveis pelo código civil de 1869.

Hoje são considerados bens comunitários com posse, utilização e gestão das comunidades locais, segundo a Constituição da República Portuguesa.

VT: Como surgiu esta paixão pelos Baldios?

AC: Uma das razões que suscitou este meu interesse pelo estudo da temática dos Baldios e ulteriormente o meu envolvimento associativo é a questão de Portugal ser o único País da Europa com estes bens comunitários com posse útil e gestão por parte das Comunidades consagrados constitucionalmente. Além disso, nasci em plenas fraldas do Marão, circundado por uma área baldia com mais de 2.000 hectares. Um espaço agro-florestal à época apodado pelos meus antepassados que diziam “grande é o Marão, mas não dá palha nem grão”.

VT: Os Baldios comportam vários usos e recursos endógenos. Qual a sua importância actualmente?

AC: Os Baldios deste país são ainda hoje, e foram no passado, espaços multifuncionais, onde se pastoreia o gado, colhem matos para as camas dos animais, produz carvão e lenha para as lareiras, corta carqueja para cozer o pão e se aplica em produtos medicinais. É também aí que brotam as nascentes essenciais à produção de energia, agricultura, floresta, turismo, apicultura, caça, serviços ecossistémicos. São ainda os espaços onde se encontram as principais jazidas minerais, rochas ornamentais, águas mineromedicinais e mais recentemente acomodam os parques eólicos, etc.

VT: Os Baldios englobam muitas histórias do passado. Tem alguma que o marcou?

AC: Tenho. Tinha eu 15 anos, em plena ditadura, quando fui surpreendido por um guarda-florestal, dando-me voz de prisão, quando me encontrou no meu Baldio a fazer um feixe de gravetos de lenha para aquecer a família nas noites gélidas de Inverno. O “crime” que eu cometi é que estava a “roubar” lenha ao Estado. Era este o tempo dos chamados “brandos costumes”. Brandos só em semântica. Foi este quadro vivencial e mais tarde a leitura do livro “Quando os lobos uivam” do Mestre Aquilino Ribeiro, uma obra que imortalizou a luta das gentes serranas das Beiras em defesa do seu quinhão Baldio, que me moldaram e temperaram para a minha entrega incondicional de defensor dos Baldios enquanto património comunitário.

VT: Como referiu anteriormente, Portugal é o único País da Europa com estes bens comunitários consagrados constitucionalmente. Mas tem sido uma constante luta...

AC: Em regra, os Baldios foram ao longo da história logradouro comum dos moradores que circunscreviam e viviam nas áreas baldias, serviram de suporte complementar às suas actividades económicas. A vida nestes territórios seria tremendamente mais dura e mais difícil se os Baldios não complementassem a escassez e a míngua existente à época. Por todo o período da idade média, na revolução liberal, na monarquia e na implantação da 1ª República, os Baldios foram objecto de esbulho e apropriação de grandes áreas baldias, pelos grandes senhores feudais, nobres e burgueses. Só assim se compreende a erosão de centenas de milhares de hectares Baldios e a sua passagem para a propriedade privada e de outras instituições.

VT: No seu entender, os compartes e a CNA lutaram e conseguiram uma Lei dos Baldios mais justa?

AC: A actual Lei dos Baldios, a Lei 75/2017, é

uma lei que repôs a matriz de Abril, não fossem os Baldios uma das conquistas mais importantes para os Povos Serranos. Ao integrá-los de novo no sector Cooperativo e Social enquanto meios de produção das Comunidades Locais, reforçou a sua garantia constitucional. Esta Lei,

“Os Baldios deste país são ainda hoje, e foram no passado, espaços multifuncionais, onde se pastoreia o gado, colhem matos para as camas dos animais, produz carvão e lenha para as lareiras, corta carqueja para cozer o pão e se aplica em produtos medicinais.”

apesar de precisar de uma nova abordagem por parte dos compartes e uma maior compreensão e respeito dos deveres e obrigações por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em termos genéricos, é francamente positiva. Repôs os Baldios enquanto meios de produção na sua

verdadeira matriz, “dando o seu a seu dono - aos compartes”; clarificou o conceito de compartes e ampliou os poderes soberanos da Assembleia de Compartes, repondo a obrigatoriedade da existência de uma listagem de compartes; tornou obrigatória a inscrição matricial dos terrenos baldios nas Finanças, enquanto imóveis comunitários; instituiu o conceito de Agrupamento dos Baldios e a possibilidade da sua agregação e fusão, entre outras medidas.

VT: Precisamos de olhar os Baldios numa óptica de uso múltiplo sobre os seus recursos e perspectivar o desenvolvimento económico das comunidades locais?

AC: Após a saída da Lei 75/2017 uma das linhas prosseguidas pela BALADI foi promover um grande esclarecimento junto dos compartes e dos seus órgãos para a necessidade de interiorizar o avanço e os desafios que esta lei comporta. É indubitavelmente uma linha a que devemos dar continuidade. Ainda a Lei não estava aprovada, já trabalhávamos para a constituição da criação de Agrupamento de Baldios, agregando voluntariamente Baldios, dando dimensão de escala, criando as premissas económicas e técnicas para uma gestão pró-activa e profissional, verdadeira âncora para o desenvolvimento sustentado das economias locais.

Co-financiado por:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



PDR2020-2.1.4-FEADER-044980